

## Como resolver a questão fundiária no Distrito Federal?



**JOÃO ARNOLFO CARVALHO**  
 Secretário-geral do Fórum das ONGs Ambientalistas do DF

Jóddison Alves 28.10.98



"Sendo coerente com as determinações da I Conferência Ambiental DF 2000, a solução é uma moratória ou suspensão imediata nos assentamentos e parcelamentos novos e mesmo os já implantados, até que se faça o Zoneamento Ecológico-Econômico do Distrito Federal e Entorno. Depois de definido o quê e onde se pode construir e implantar alguma atividade econômica, se poderia dar continuidade à expansão natural do DF. Os organismos internacionais estão preocupados com essa situação e são sensíveis à pressão das ONGs e opinião pública internacional. Para essa ação emergencial é preciso vontade política. O GDF toca plano de governo que prevê vários parcelamentos. Se isso continuar, a tendência é piorar ainda mais a qualidade de vida que um dia tivemos em Brasília."

**MARÍLIA LUÍZA PELUSO**  
 Professora de Geografia Urbana da Universidade de Brasília

Carlos Moura



"Esse problema acontece em todas as cidades que têm um mercado imobiliário atuante, como é o caso daqui. Em Brasília, a particularidade é que parte das terras pertence ao GDF. Deveriam estabelecer, por meio de planejamento adequado, áreas que possam ser comercializadas para que o preço da terra não suba em demasia. As novas áreas criadas com o documento Brasília Revisitada (setores Sudoeste e Noroeste), em 1985/1987, são licitadas pelo governo de forma tão lenta — com a intenção de se obter uma valorização das terras —, que isso acaba resultando nas invasões de terras públicas e nos parcelamentos irregulares de terras particulares. Enfim, é preciso estabelecer novas áreas de expansão e implementar as que já existem."

**SÉRGIO BRANDÃO**  
 Conselheiro do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB)

Gláucio Detmar 15.4.98



"O preço da terra é caríssimo e não faz sentido doá-la. Não se deve dar o peixe, mas ensinar a pescar. Terra tem que ser vendida por preço justo e com condições de financiamento adequadas. É preciso conscientizar a população que Brasília vem sendo esculhambada há muito tempo. É preciso dar um basta na proliferação de quiosques e trêilers. Não existe harmonia urbanística. Aqui funciona o "se é de graça, eu também quero". A população deve ter consciência de que a cidade é a nossa casa. Os homens (os governos) passam, a cidade fica. A população tem de cobrar dos seus representantes moral, vergonha na cara, respeito e dignidade para com o bem público. É necessária uma Campanha Para Salvar Brasília nos moldes da que foi feita para a Paz no Trânsito."

**TÂNIA BATTELLA**  
 Arquiteta, assessora parlamentar, conselheira de políticas urbanas do IAB

Carlos Moura



"O governo deve ter a vontade política de impedir o retalhamento do solo. É preciso fiscalização efetiva, coisa que hoje não existe. Que se estabeleçam critérios urbanísticos de conhecimento público para a análise e regularização dos condomínios. A análise e regularização dos condomínios deve voltar ao órgão técnico, que dispõe de arquitetos e outros profissionais da área, com conhecimento para isso. E não como acontece hoje, quando a análise é feita pela Secretaria de Assuntos Fundiários, de acordo com critérios políticos. Que se façam estudos do ponto de vista ambiental e econômico, o zoneamento ecológico-econômico. Que continue a se desenvolver e aprovar os planos diretores locais e que a população possa participar das decisões sobre uso e ocupação do solo."

# Prisão de invasores em massa

Polícias Federal, Militar e fiscais do Ibama prendem 150 pessoas que invadiram área de proteção ambiental

Ana Helena Paixão  
 Da equipe do Correio

Elas chegaram aos poucos e foram tomando conta da Área 1 da Floresta Nacional de Brasília (entre Taguatinga e Brazlândia). Região de proteção ambiental às margens de dois córregos que formam uma das principais bacias hidrográficas locais, responsável pelo abastecimento de 60% do Distrito Federal. Os invasores não ligaram para isso. Montaram barracas, parcelaram o solo e se preparavam para vender terrenos. Cento e cinquenta deles foram retirados dali na manhã de ontem, por 60 homens — entre policiais federais e militares, além de fiscais do Instituto de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama). A operação de retirada começou cedo, às 9h de ontem. "Preparávamos esta operação desde o dia 13 de março. Cercamos as entradas da Floresta Nacional (Flona) e usamos um helicóptero para monitorar a área ocupada", detalhou o delegado federal Angelino Alves de Oliveira, titular da Delegacia de Polícia Fazendária. Assim, nenhum dos 150 invasores conseguiu escapar.

As equipes encontraram os 3 mil hectares da Área 1 parcelados. Os invasores, que se concentram na região há mais de um ano, tinham demarcado terrenos com

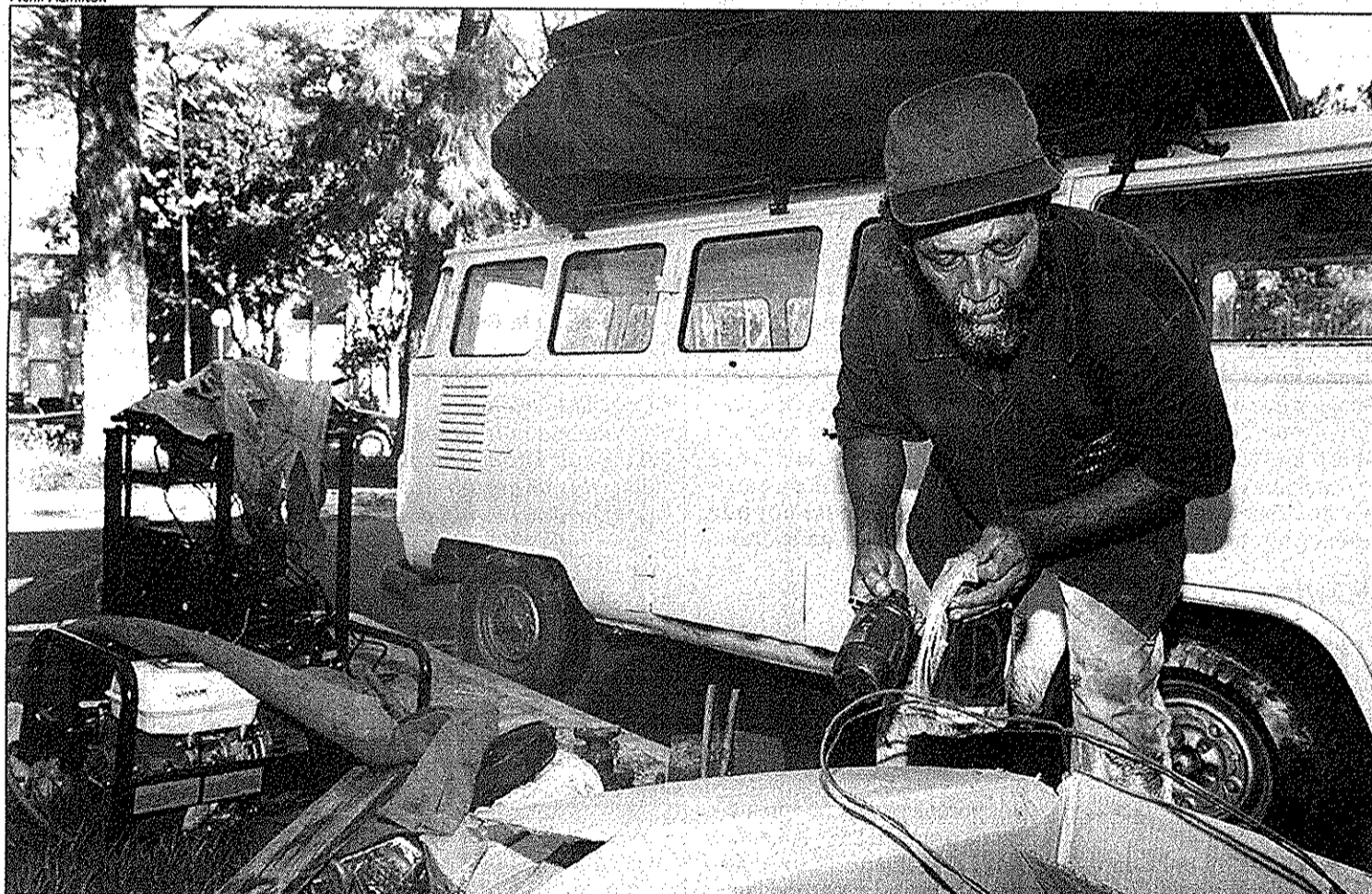
tocos de madeira, arames liso e farpado, barbantes e fitas adesivas. Ali, nasceria mais um loteamento irregular: com mais de mil chácaras, além de lotes urbanos — como está descrito num mapa apreendido com o líder da invasão, Gersino Vaz Diniz, 50 anos. Ele e seus "seguidores" foram presos em flagrante por "invadir área pública com intenção de ocupar (pena de seis meses a três anos de detenção) e causar danos à unidade de conservação ambiental (de um a cinco anos de prisão)", como explicou o delegado Angelino. No entanto, os dois crimes são afiançáveis e apenas Diniz permanecerá preso na carceragem da Superintendência da Polícia Federal.

"Ele já tinha sido indiciado pelo mesmo crime e por desacato aos fiscais do Ibama. Por isso, ficará preso. Os demais serão ouvidos e liberados. Não temos como abrigar todos em nossa carceragem", admitiu o delegado. O lugar tem capacidade para dez presos. Hoje, 50 detentos dividem as cinco celas.

### PERSISTÊNCIA

Segundo os fiscais do Ibama, esta é a 16ª vez que os mesmos invasores são retirados da Flona. Mas eles insistem em voltar para as margens do Córrego dos Currais e do Ribeirão das Pedras, que abastecem a Bacia do Rio São

Nehil Hamilton



Wilson Neves disse que foi agredido e algemado por PMs: "Quero um pedaço de chão para plantar. Pode ser ali ou em qualquer lugar"

Bartolomeu — responsável por 60% da água consumida no DF.

A Flona está dentro da Área de Proteção Ambiental (APA) da Bacia do Rio Descoberto. Uma região onde não deveria existir loteamento para evitar a poluição das águas e a retirada da cobertura vegetal. Mas isso não parece sensibilizar os "moradores".

"Os pinheiros e eucaliptos (existentes no lugar) só servem

para sugar a água do chão. Não servem para mais nada", comentou a desempregada Vera Rocha, 40 anos, há um tentando um terreno na Flona. "Sou moradora de Ceilândia. Ajudei a eleger (o governador) Roriz, mas ele não me deu emprego. Quero plantar lá para viver", justificou, garantindo que voltaria ao local assim que fosse liberada pela PF. A também desempregada Ma-

ria José Dias, 50 anos, apoiava a colega e, por volta das 16h de ontem, já estava com as panelas que levou para o lugar sobre a cabeça. "Estou voltando para lá. E vou de ônibus porque a polícia apreendeu os (40) carros que estavam estacionados em nosso acampamento", destacou.

"Não somos vagabundos, somos trabalhadores. Quero um pedaço de chão para plantar. Po-

de ser ali ou em outro lugar qualquer", completou Wilson dos Santos Neves, 79 anos, que garante ter sido algemado e agredido por PMs e fiscais do Ibama. No final da tarde, ele desocupava sua Kombi, que ficará apreendida, e tentava um carro para transportar seus objetos de volta à Flona — que não tem fiscalização fixa do Ibama para impedir a ação de grileiros e invasores.

Anderson Schneider



Fiscais retiram placa colocada por pretensos proprietários da terra

## Paranoá é alvo da ação de grileiros

Marcelo Rocha  
 Especial para o Correio

O Paranoá não escapou da invasão desmedida de terras públicas no Distrito Federal pela grilagem organizada. Em todos os lados da cidade, as terras públicas ou estão sendo parceladas para uso urbano ou sendo aproveitadas, irregularmente, com fins econômicos, colocando em risco inclusive uma Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE), região com várias nascentes.

Na manhã de ontem, a reportagem do Correio esteve no local para apurar denúncias. De fato, em uma das chácaras, a Boa Esperança, localizada às margens do Lago Paranoá, são visíveis os sinais de parcelamento urbano. Isso fica evidente pela estrada de terra aberta na entrada do terreno

e pelos postes de energia elétrica (ainda sem fiação) já fixados.

Além da cerca de arame farpado, estão espalhadas pelo terreno várias placas com os dizeres *Propriedade Particular — Registrada no Cartório de Imóveis do DF*. Ou seja, o terreno tem um pretenso dono. Mas a área é ocupada há mais de 20 anos por Neto, possessor que ocupa a terra há 25 anos.

Neto mora com a família na cidade do Paranoá. Na chácara, fica o irmão dele, Raimundo Pinheiro. "Até agora ninguém veio aqui tentar tirar a gente", diz Raimundo. Outro morador que não quis se identificar disse que o trabalho deles (grileiros) é feito em várias etapas, nunca continuamente. "Eles vêm aqui e fazem uma cerca. Passam uns dias sem ninguém reclamar, fazem uma estrada. E quando vai ver já existe

o loteamento."

Para combater a ação dos grileiros, o gabinete do deputado distrital Wasny de Rourre (PT) já deu entrada em algumas representações no Ministério Público. A estratégia é mover ações na Delegacia do Patrimônio da União e na Procuradoria Geral da União.

Frear o adensamento populacional naquela área não é apenas uma questão ambiental. O impacto da ocupação desordenada das margens do Lago Paranoá também traz implicações de urbanismo. Pelo menos essa é a avaliação do diretor do Sindicato dos Arquitetos de Brasília, Samuel Leandro de Santana, que acompanhou também a visita ao local na manhã de ontem.

O arquiteto defende que a ocupação "selvagem" das margens também coloca em risco o proje-

to urbanístico de Lúcio Costa. "Para acontecer alguma ocupação, é necessário um estudo criterioso." Preocupados com a situação eles também vão buscar estão preparando um documento para o GDF pedindo providências.

Outra denúncia de irregularidade com o bem público no Paranoá recai sobre um terreno ocupado pela empresa de viação Viva Brasília: é uma área de 80 mil m<sup>2</sup>, antes ocupada pela floresta de pinos. Além da Viva Brasília, uma fábrica de pré-moldados também teria fixado suas instalações no local.

A garagem da Viva Brasília é uma construção recente — de março de 1999. Em frente ao muro da empresa são vários os postes de concreto derrubados, todos com a inscrição "Terracap", indicando se tratar de terra pública.